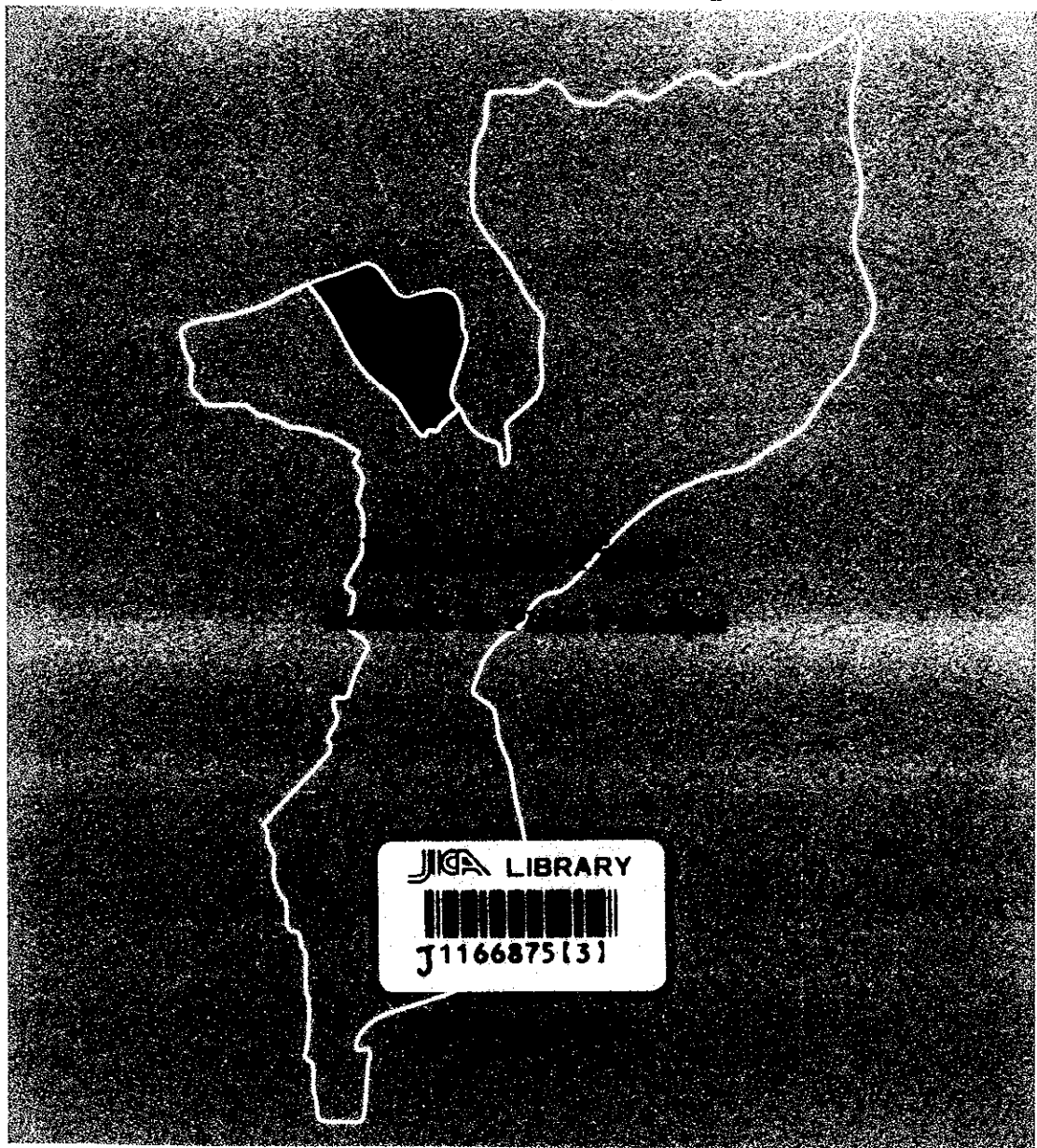


Agência do Japão de Cooperação Internacional (JICA)

Autoridade de Desenvolvimento do Vale do Zambeze

República de Moçambique

O Estudo sobre o Plano Principal de Desenvolvimento Integrado
da Região de Angónia
na República de Moçambique



RECS International Inc.
Sanyu Consultants Inc.

S S F
J R
01-143

O Estudo sobre o Plano Principal de Desenvolvimento Integrado
da Região de Angónia na República de Moçambique

Relatório do Plano Principal

Outubro, 2001

Agência do Japão
de Cooperação Internacional





Agência do Japão de Cooperação Internacional (JICA)

Autoridade de Desenvolvimento do Vale do Zambeze
República de Moçambique

**O Estudo sobre o Plano Principal de Desenvolvimento Integrado
da Região de Angónia
na República de Moçambique**

**Relatório Final
Relatório do Plano Principal**

Outubro, 2001

RECS International Inc.
Sanyu Consultants Inc.



1166875(3)

O Estudo sobre o Plano Principal de Desenvolvimento Integrado da Região de Angónia

Relatório Final Relatório do Plano Principal

Conteúdo

	<u>Página</u>
Capítulo 1	Introdução
1.1	Antecedentes 1-1
1.2	Progresso do Trabalho 1-5
1.3	Guia do Relatório 1-9
Capítulo 2	A Região de Angónia
2.1	Sócio-economia 2-1
2.2	Estrutura Espacial e Infraestrutura 2-18
2.3	Capacidade Ambiental e de Recursos 2-29
2.4	Estrutura Administrativa 2-40
Capítulo 3	Objectivos e Estratégia para o Desenvolvimento Regional do Planalto de Angónia
3.1	Objectivos do Desenvolvimento Regional 3-1
3.2	Alternativas de Desenvolvimento 3-4
3.3	Estratégia Básica para o Desenvolvimento Regional do Planalto de Angónia 3-11
3.4	Cenário de Desenvolvimento por Fases 3-14
Capítulo 4	Estruturas de Desenvolvimento
4.1	Estrutura Socio-económica 4-1
4.2	Estrutura Espacial 4-11
Capítulo 5	Objectivos e Estratégias por Sector
5.1	Desenvolvimento Económico 5-1
5.2	Desenvolvimento Social 5-18
5.3	Desenvolvimento do Meio Ambiente 5-27
5.4	Desenvolvimento Espacial/Infraestruturas 5-32
Capítulo 6	Projectos e Programas de Desenvolvimento
6.1	Estrutura do Plano Principal para o Desenvolvimento Regional do Planalto de Angónia 6-1
6.2	Projectos e Programas de Desenvolvimento 6-3
6.3	Programa Indicativo de Investimento 6-3
Capítulo 7	Plano de Operação para o Desenvolvimento Regional de Angónia
7.1	Acordos de Implementação para o Desenvolvimento Regional de Angónia 7-1
7.2	Plano de Acção 7-4

Lista de Tabelas

Tabela 2.1	Área do Território, População e Densidade na Área do Estudo, Província de Tete e Moçambique	2-1
Tabela 2.2	População e População de Refugiados Repatriados na Área do Estudo ...	2-2
Tabela 2.3	Número de Famílias com um Único Pai na Área do Estudo, Província de Tete e Moçambique	2-2
Tabela 2.4	Comparação de Taxa de Natalidade Tosca e da Proporção de Urbanização na Área do Estudo	2-3
Tabela 2.5	Comparação das Taxas de Alfabetização, Província de Tete e Moçambique	2-3
Tabela 2.6	Disparidades do Género na Educação	2-4
Tabela 2.7	Indicadores de Saúde Básica por Província	2-6
Tabela 2.8	Comparação da Estrutura Laboral, 1997	2-7
Tabela 2.9	Estruturas Económicas e Laborais e a Productividade Laboral em Moçambique, 1997	2-7
Tabela 2.10	Estimativa da Estrutura Económica na Área do Estudo	2-8
Tabela 2.11	Número de Unidades Principais de Comerciais, Industriais e de Serviços por Distrito	2-13
Tabela 2.12	Número de Comerciantes de Retalho e a Grosso na Área do Estudo em 2000	2-16
Tabela 2.13	Nível de Comercialização de Culturas Seleccionadas na Província de Tete	2-16
Tabela 2.14	Comparação da Densidade de Estradas	2-19
Tabela 2.15	Média da Cobertura dos Serviços Telefónicos em Tete e Nacional	2-25
Tabela 2.16	Instalações Existente de Abastecimento de Água na Região de Angónia	2-27
Tabela 2.17	Estimativo Uso de Água e Cobertura de Serviço na Área Coberta pelo Estudo	2-29
Tabela 2.18	Fauna Reportada na Área Coberta pelo Estudo	2-31
Tabela 2.19	Recursos Minerais e Não-Minerais e Reservas de Minério em Seis Distritos da Área Coberta pelo Estudo	2-38
Tabela 2.20	Depósitos Não-Metálicos na Área Coberta pelo Estudo	2-39
Tabela 2.21	Capacidade de Trabalhadores na Área Coberta pelo Estudo por Distrito/Cidade	2-45
Tabela 2.22	Gastos dos Três Distritos em 2000	2-46
Tabela 3.1	Actividades Económicas Típicas sob Estratégias Alternativas	3-8
Tabela 4.1	População de Moçambique, Província de Tete e na Área Coberta pelo Estudo até 2025	4-1
Tabela 4.2	População na Área Coberta pelo Estudo por Distrito e Área Urbana-Rural Projectada até 2025	4-2
Tabela 4.3	População Urbana e Rural na Área Coberta pelo Estudo em 1997, 2000, 2005, 2015 e 2025	4-3

Tabela 4.4	Emprego Projectados por Sector na Área Coberta pelo Estudo	4-4
Tabela 4.5	Produtividade Laboral Relativa por Sector na Área Coberta pelo Estudo	4-5
Tabela 4.6	Mudanças na Estrutura Económica da Área Coberta pelo Estudo	4-5
Tabela 4.7	Taxas de Crescimento Económica na Área Coberta pelo Estudo	4-6
Tabela 4.8	Estimativa do Valor-acrescentadoe Projecção para Milho	4-6
Tabela 4.9	Cultura Valor-acrescentadona Região do Planalto de Angónia	4-7
Tabela 4.10	Estimativa da Produção de Gado e Valor-adicionado na Área Coberta pelo Estudo, 2000	4-8
Tabela 4.11	Produção Projectada de Gado e Valor-acrescentado na Área Coberta pelo Estudo em 2025	4-8
Tabela 4.12	Agricultura Valor-acrescentadona Região do Planalto de Angónia	4-9
Tabela 4.13	Indústrial Valor-acrescentadona Região do Planalto de Angónia	4-10
Tabela 4.14	Uso Actual de Terras na Região do Planalto de Angónia	4-11
Tabela 4.15	Capabilidade de Terras na Região do Planalto de Angónia	4-13
Tabela 4.16	Matriz de Conversão do Uso de Terras	4-15
Tabela 4.17	Futuro Uso de Terras na Região do Planalto de Angónia	4-15
Tabela 4.18	Sistema Hierarquico Urbana para a Região do Planalto de Angónia	4-20
Tabela 5.1	Estratégia para Aumentar a Produtividade no Planalto de Angónia	5-6
Tabela 5.2	Estratégia para Transformar Agricultura de Subsistência numa Agricultura Orientada para o Mercado nas Planícies do Zambeze	5-8
Tabela 6.1	Iniciativa de Desenvolvimento Urbano com 13 Projectos/Programas	6-4
Tabela 6.2	Melhoramento da Sócio-Economia Rural com 11 Projectos/Programas ..	6-6
Tabela 6.3	Fortalecimento da Estrutura Espacial com 11 Projectos/Programas	6-8
Tabela 6.4	Aumentar a Responsabilidade Local com 13 Projectos/Programas	6-10
Tabela 6.5	Programa Especial para o Desenvolvimento Participatório com 10 Projectos/Programas	6-12
Tabela 6.6	Desempenho Macro-econômico de Moçambique nos Anos Recentes	6-14
Tabela 6.7	Estimativa da Alocação dos Investimentos Públicos na Área do Estudo	6-15
Tabela 6.8	Requisitos de Investimentos para o Desenvolvimento Regional de Angónia	6-15
Tabela 6.9	Programa Indicativo de Investimento para o Desenvolvimento Regional de Angónia	6-18
Tabela 6.10	Estimativa dos Valores-agregados Atribuíveis aos Projectos Rurais	6-19

Lista de Figuras

Figura 1.1	Moçambique: Localização da Área do Estudo	1-3
Figura 1.2	Área do Estudo	1-4
Figura 2.1	Rede de Estradas na Província de Tete	2-20
Figura 2.2	Regiões Agro-Ecológicas	2-33
Figura 2.3	Sistema de Drenagem na Área Coberta pelo Estudo	2-34
Figura 2.4	Estrutura Administrativa do Governo Central	2-41
Figura 3.1	Estrutura de Problemas na Área do Estudo	3-2
Figura 3.2	Mudando as Ênfases da Estratégia Básica para o Desenvolvimento Regional do Planalto de Angónia	3-15
Figura 4.1	Uso Actual de Terras	4-12
Figura 4.2	Indicativo do Uso Futuro de Terras	4-14
Figura 4.3	Sistema Espacial para o Centro de Moçambique	4-16
Figura 4.4	Sistema Espacial na Área Coberta pelo Estudo	4-18
Figura 5.1	Prospectos e Estratégia para o Sector Industrial na Área do Estudo	5-14
Figura 5.2	Estratégia de Faseamento para o Desenvolvimento Industrial na Região do Planalto de Angónia	5-17
Figura 5.3	Relacionamentos entre Estratégias de Desenvolvimento Comunitário	5-24
Figura 6.1	Relacionamentos entre Três Componentes de Estratégia Básica	6-2

Abreviaturas

ADM	Airport Authority of Mozambique
ADP	Accelerated Demining Program
ADPP/DAPP	Development Aid from People to People
AIDS	Acquired immune deficiency syndrome
ANE	Road Authority
ARA	Regional Administration of Water
ARC	Action for the Rights of Children
ASPS	Agricultural sector program support
BAD	African Development Bank
BADEA	Arab Bank for African Development
CAIA	Agro-Industrial Complex of Angonia
CCAP	Church of Central African Presbyterian
CCF	Cease-fire Commission
CFM	Port and Railway Authority
CIDA	Canadian International Development Agency
CIDAC	Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (Amílcar Cabral Center of Information and Documentation)
CIDC	Canadian International Demining Center
CPI	Investment Promotion Center
DANIDA	Danish International Development Assistance
DAs	District Administrators
DNA	National Directorate of Water
EDM	Electricity of Mozambique
EIA	Environmental impact assessment
FRELIMO	Mozambique Liberation Front
GDP	Gross domestic product
GNP	Gross national product
GPZ	Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Zambezi (Zambezi Valley Development Authority)
GRDP	Gross regional domestic product
HALO Trust	Hazardous Area Life-Support Organisation Trust
HCB	Cahora Bassa Hydropower Corporation
HI	Handicap International
HIV	Human immuno-deficiency virus
IDB	Inter-American Development Bank
IDPs	Internally displaced persons
IMF	International Monetary Fund
INE	Institute of National Statistics
IRC	International Rescue Committee

ISCOS	Istituto Sindacale per la Cooperazione allo Sviluppo
IVA	Value added tax
JCI	Japan Consulting Institute
JICA	Japan International Cooperation Agency
LAM	Mozambique Air Lines
LWF	Lutheran World Federation
MARD	Ministry of Agriculture and Rural Development
mCel	Mozambique Cellular
MEDDS	Mechem Explosives and Drug Detection System
MIAF	Mozambique National Household Survey on Living Conditions
MICOA	Ministry of Environmental Action Coordination
MINED	Ministry of Education
MIPF	Ministry of Planning and Finance
MLTC	Mozambique Leaf Tobacco Company
MMRE	Ministry of Mineral Resources and Energy
MOH	Ministry of Health
MOTC	Ministry of Transport and Communications
MPF	Ministry of Planning and Finance
MPWH	Ministry of Public Works and Housing
MTLC	Mozambique Tobacco Leaf Company
NACP	National AIDS Control Program
NDI	National Demining Institute
NGO	Non-government organization
NHS	National Health System
NMCC	National Mine Clearance Commission
NORAD	Norwegian Agency for International Development
NPA	Norwegian People's Aid
NRC	Norwegian Refugee Council
OD	Origin-destination
ODA	British Overseas Development Administration
ONG	National Directorate of Geology
ONUMOZ	United Nations Operation in Mozambique
OPEC	Organization of Petroleum Exporting Countries
PAR	Participatory action research
PARPA	Action Plan for Reduction of Absolute Poverty
PHC	Primary health care
PLA	Participatory learning and action
PRA	Participatory rural appraisal
PROAGRI	National Program of Agrarian Development
RA	Rural appraisal

RENAMO	Mozambique National Resistance
RRA	Rapid rural appraisal
S/W	Scope of work
SAC	Survey Action Center
SCS	Special Clearance Services
SIDA	Swedish International Development Agency
SLP	Sena line program
TDM	Telecommunications of Mozambique
UNDAF	United Nations Common Development Assistance Framework
UNDP	United Nations Development Program
UNHCR	United Nations High Commission for Refugees
UNICEF	United Nations Children's Fund
UNIDO	United Nations Industrial Development Organization
UNOHAC	United Nations Office for Humanitarian Assistance Coordination
WVI	World Vision International
ZMM-GT	Zambezi-Malawi-Mozambique Growth Triangle

Capítulo 1. Introdução

1.1. Antecedentes

1.1.1. Antecedentes do Estudo

Décadas de tumulto para a independência e a subsequente guerra não apenas transformaram a República de Moçambique num dos países mais pobres do mundo, como também devastaram o seu território. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Mundial, 1997, elaborado pelo Banco Mundial, o País ainda figurava no final entre os 133 países em termos de per capita GNP (US\$80 em 1995). Moçambique figurava-se na 166 posição dos 175 países pelo índice de desenvolvimento humano da UNDP (Relatório de Desenvolvimento Humano, 1997). A economia Moçambicana no entanto, iniciou a recuperar-se firmemente. Apesar de ser dominada pela agricultura e portanto sujeita a flutuações devido a condições climáticas, o crescimento GP tem sido constantemente positivo desde 1993 e alcançou 11.8% em 1998. As taxas de inflação foram reduzidas de 35-70% no início dos anos 1990 para 5.8% em 1997.

A recuperação da economia Moçambicana durante este período dependia em grande parte da entrada do fluxo de capital do países externos. Um destes fluxos de capital é de assistência para o desenvolvimento associado com o programa de ajuste estrutural iniciado em 1987 pela iniciativa do IMF-Banco Mundial. O outro é devido a investimentos estrangeiros directos para o desenvolvimento de ricos recursos naturais. Por estes motivos, a balanço total de pagamento tem melhorado rapidamente apesar de um grande desequilíbrio com as importações excedendo as exportações por três vezes mais.

Esforços têm sido contínuos, apoiados por organizações de apoio, para reabilitar as instalações das infraestruturas degradadas por causa da destruição da guerra civil e insuficientes recursos humanos e financeiros para mantê-las. O reassentamento dos refugiados, a nova formação de habilidades, bem como outra assistência para estas pessoas continuam, e serviços sociais para as famílias das vítimas da guerra são uma exigência elevada. Os recursos do sector privado necessitam ser distribuídos também para contínua remoção de minas terrestres e a produtividade melhoradas nas áreas rurais. Moçambique prossegue na sua recuperação da guerra e dos ajustes estruturais para um desenvolvimento sustentável de modo a ultrapassar a pobreza espalhada por todo o lado, os requisitos necessários para as várias infraestruturas sociais e económicas aumentarão rapidamente.

Durante este período de recuperação, os investimentos tiveram a tendência de concentrarem-se na parte sul do País centralizando-se na cidade capital de Maputo. As disparidades inter-regionais entre as regiões do sul, norte e centro tornaram-se mais sérias. Particularmente a Bacia do rio Zambeze, que ocupa a parte norte central do País, tem uma proporção maior de população vivendo abaixo da linha de pobreza do que a média nacional. Também é a área mais seriamente afectada pela guerra, com muitas escolas e instalações de saúde delapidadas e um atraso na reabilitação das infraestruturas básicas. A proporção dos

refugiados repatriados é alta pois esta localiza-se na fronteira com Malawi, Zambia e Zimbabwe, portanto as necessidades para os refugiados e outras famílias de vítimas da guerra, em termos de serviços sociais são muito elevadas.

Ao mesmo tempo, a bacia do rio Zambeze é reconhecida pelos seus ricos recursos naturais, incluindo recursos de água, vários recursos minerais, solo fértil e condições climáticas favoráveis para agricultura. Para implementar o potencial de desenvolvimento da bacia com maior eficácia, o Governo de Moçambique criou a Autoridade de Desenvolvimento do Vale do Zambeze (Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Zambeze; GPZ) em 1995, junto com um pacote de incentivos fiscais especiais para promover investimentos no Vale do Zambeze. Para seguir um desenvolvimento sólido e sustentável da bacia em equilíbrio com a conservação ambiental, um plano de desenvolvimento multi-sectorial é necessário para guiar os investimentos do sector privado em conformidade com os impulsos longo prazo do desenvolvimento apoiado pelo sector público. Com este reconhecimento, o Governo de Moçambique solicitou cooperação técnica do Governo Japonês para preparar um plano de desenvolvimento regional para uma das três regiões estratégicas contidas na bacia do rio Zambeze: Quelimane, Morrumbala e Angónia.

Em resposta a esta solicitação, o Governo Japonês enviou uma missão de formulação de projectos em Novembro, 1999. Através de pesquisas de campo e estudos, assim como discussões com o Governo Moçambicano, a região de Angónia foi selecionada para a cooperação técnica. Implementação desta cooperação técnica foi confiada à Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), a agência oficial responsável pela implementação do programa de cooperação técnica do Governo Japonês. JICA enviou uma equipa de estudo preliminar para desenhar o Âmbito de Trabalho (S/W), cujo foi acordado entre o GPZ e JICA, e assinado pelos respectivos representantes em 19 de Abril de 2000. (Anexo).

1.1.2. Área do Estudo e objectivos

(1) Área do Estudo

A área a ser coberta por esta cooperação técnica (referida depois como Area do Estudo) ocupa o nordeste da província de Tete, que está localizada na parte norte-centro de Moçambique (Figura 1.1). Administrativamente, consiste de seis distritos nomeadamente Macanga, Tsangano, Chifunde, Angónia, Chiuta e Moatize, e a cidade de Tete (Figura 1.2). A Área do Estudo tem 40,800 km² (a ser confirmado), e o total da sua população era 710,000 em 1997. A Área do Estudo é chamada Região de Angónia.

(2) Objectivos do Estudo

Os objectivos do Estudo são definidos baseado no acordo entre o GPZ e JICA da seguinte forma:

Figura 1.1. Moçambique: Localização da Área do Estudo

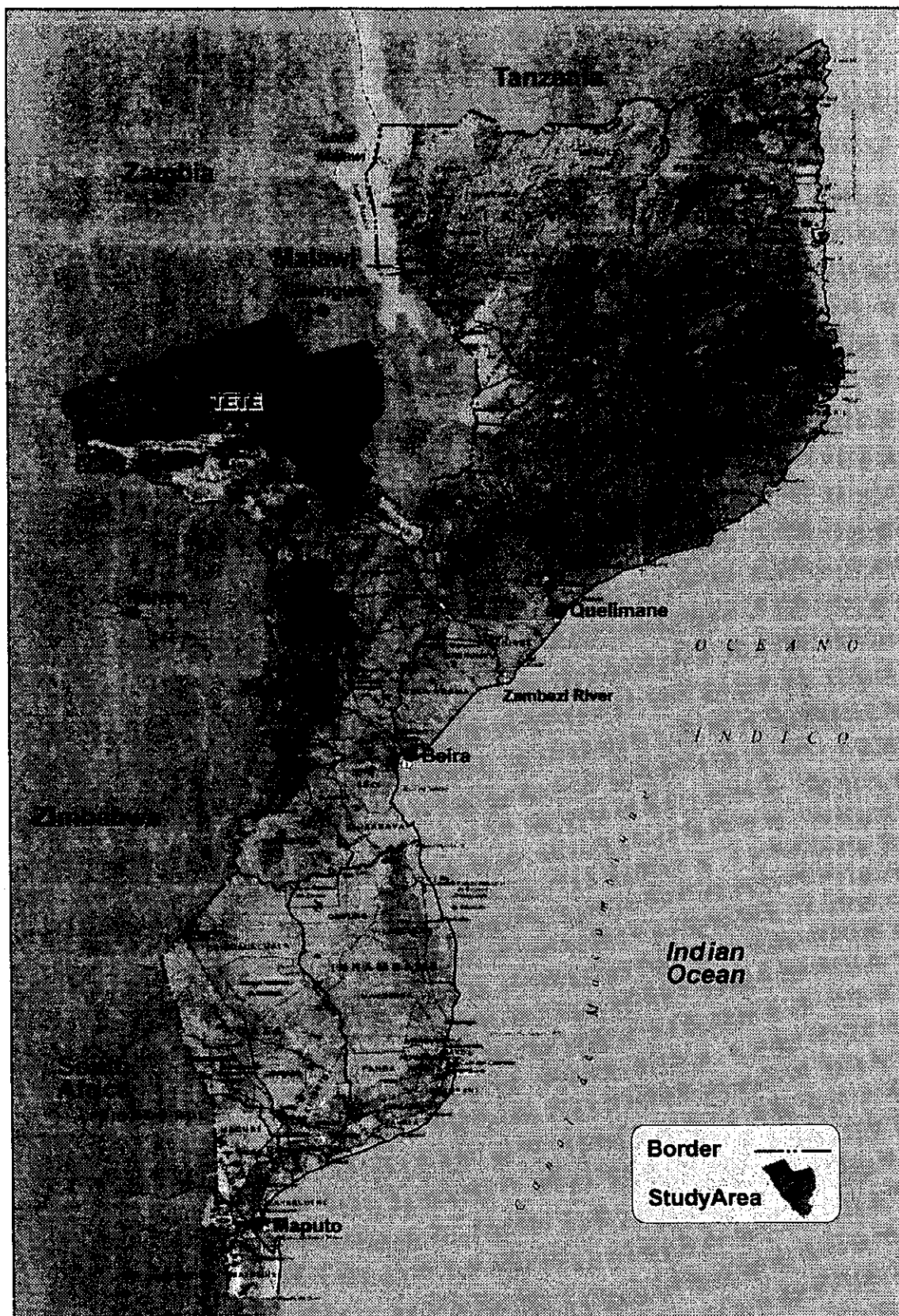


Figura 1.1. Moçambique: Localização da Área do Estudo

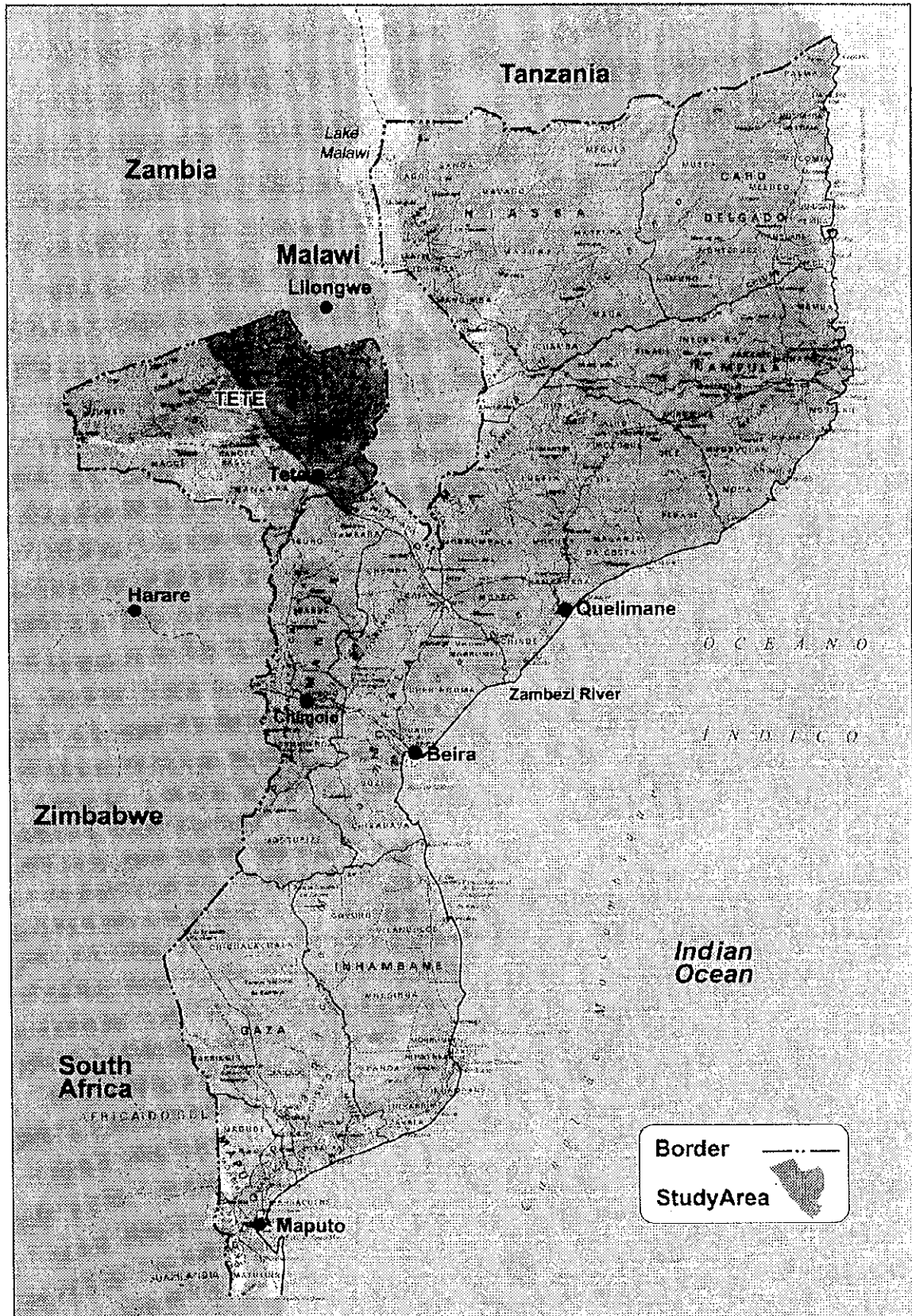
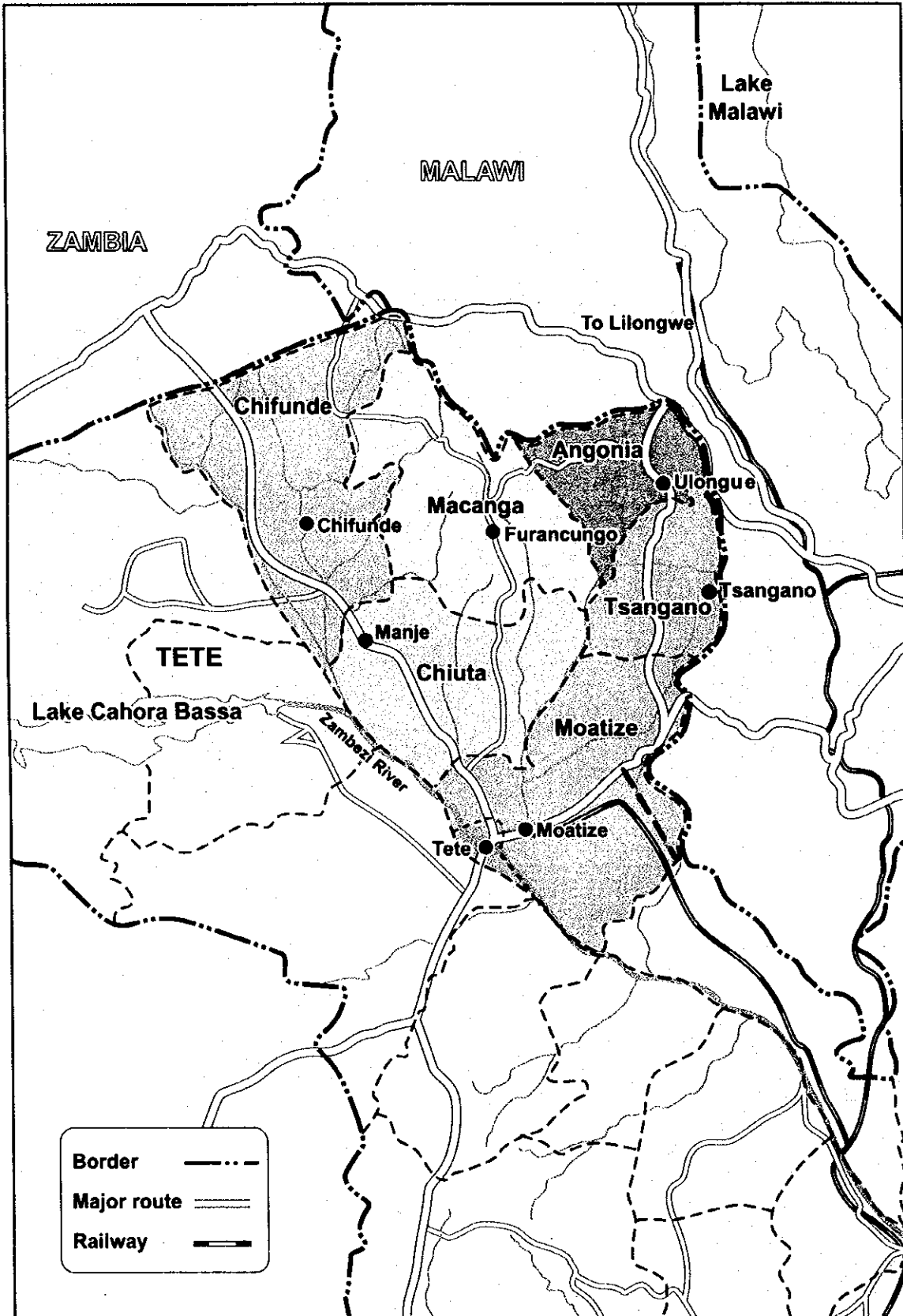


Figura 1.2. Área do Estudo



- 1) formular um plano principal de desenvolvimento regional integrado para a região de Angónia até o ano 2025, com o alvo de guiar investimentos dos sectores privado e público com a participação das comunidades locais, e no balanço com a conservação de ambos os ambientes natural e social;
- 2) preparar uma lista de projectos prioritários com perfis para promover investimentos privados e públicos para a região; e
- 3) efectuar transferência tecnológica relacionada ao planeamento de desenvolvimento e gestão aos trabalhadores da contraparte Moçambicana durante o decorrer do Estudo.

A transferência tecnológica será efectuada através de trabalho colaborativo diário, reuniões regulares, e seminários/workshops ocasionais.

1.2. Progresso do Trabalho

(1) Primeiro trabalho de campo

Após os trabalhos de preparação no Japão, o primeiro trabalho de campo para o Estudo iniciou em 29 de Agosto de 2000. A Equipa do Estudo da JICA chegou a Maputo no dia 31 de Agosto, e teve a discussão inicial com o GPZ no dia 1 de Setembro baseado no Relatório Preliminar preparado no Japão. A Esquipa do Estudo explicou os objectivos, o âmbito dos trabalhos, procedimentos, arranjos de implementação e outros assuntos relacionados com o Estudo, e o GPZ aceitou o conteúdo do Relatório Preliminar do modo como foi apresentado. Alguns detalhes ainda foram discutidos em maior pormenor em reuniões separadas, incluindo actividades de promoção, aspectos logísticos e pesquisas. As Actas das Reuniões foram preparadas e assinadas pelos representantes do GPZ e Equipa de Estudo da JICA no dia 6 de Setembro.

O primeiro encontro do Comité Dirigente do GPA foi reunido no dia 6 de Setembro, presidido pelo Director Geral do GPZ. Todas as agências membros do Conselho Técnico do GPZ foram representadas no encontro. A Equipa de Estudo explicou o conteúdo do Relatório Preliminar e ocorreram discussões. Os assuntos principais de discussão incluem alternativas de desenvolvimento, estrutura de problemas, projectos contínuos, a Linha Férrea de Sena, desenvolvimento de recursos humanos, e transferência de tecnologia.

A Equipa de Estudo mudou-se para a cidade de Tete no dia 9 de Setembro. Enquanto estabelecia o seu gabinete de trabalho, a Equipa de Estudo, junto com a equipa contraparte do GPZ, iniciou a primeira volta de visitas aos seis distritos e à cidade de Tete conforme o seguinte calendário:

Setembro 12	Tsangano
13	Angónia
14	Macanga
15	Chifunde e Chiuta
18	Moatize e cidade de Tete

Em cada distrito/cidade, as Equipas em Conjunto do GPZ/JICA informaram as respectivas administrações sobre o Estudo, pediram a sua colaboração, trocaram pontos de vista sobre condições de desenvolvimento e prospectos do distrito/cidade. A equipa também visitou alguns locais de projectos planeados ou ocorrentes. Baseado nestas primeiras visitas oficiais aos distritos e à cidade assim como uma análise inicial sobre estatísticas disponíveis e relatórios de estudos, foi elaborado um documento para discussão, com o título "Diagnostico de Desenvolvimento por Distrito/Cidade" e submetido ao GPZ.

O primeiro Seminário Regional foi organizado na cidade de Tete no dia 22 de Setembro com alguns 50 participantes. Seguente à palestra do Governador da Província de Tete realçando a importância do Estudo, e a apresentação pelo Director Geral do GPZ sobre as suas actividades, a Equipa de Estudo da JICA apresentou o conteúdo do Relatório Preliminar e constatações iniciais. Em particular, foram apresentados cinco temas para discussão: (1) expansão/diversificação de culturas de rendimento, (2) vasto uso de gabiões (3) utilização de bichos da seda naturais, (4) gestão de reservas de água, e (5) prática de corte e queimadas. Vários comentários foram feitos por oficiais provinciais e outros.

Peritos sectoriais da Equipa de Estudo da JICA com a cooperação de trabalhadores do GPZ visitaram muitas agências e gabinetes locais do governo para colectar dados e informação e para discutir sobre vários assuntos de desenvolvimento. Pesquisas de campo mais detalhadas foram também realizadas. Uma pesquisa sobre contagem de trânsito foi efectuada nas cinco localizações nas fronteiras: Zobue, Colomue e Biri Biri na fronteira com o Malawi, portal alfandegário de Changara na EN103, e Cuchamano na fronteira com Zimbabwe. Dados sobre a contagem do trânsito nas estradas principais também foram compiladas.

Uma pesquisa de empresas foi planeado em conjunto com a equipa do projecto UNIDO expandindo a operação do projecto da província da Zambézia até a de Tete. Impressos de pesquisa para estabelecimentos existentes foram preparados também em conjunto e uma pesquisa por ambos iniciada no início de Outubro.

Uma pesquisa socio-económica foi elaborada em forma de workshops comunitários. Peritos e assistentes locais foram mobilizados para conduzir uma série de workshops comunitários em duas comunidades seleccionadas em cada distrito. Em cada comunidade, as condições existentes estão esclarecidas, problemas identificados a nível de raiz, e eventualmente foram propostas medidas para resolver os problemas.

O Relatório de Progresso foi compilado baseando-se nos resultados de todos os trabalhos delineados acima. Para as pesquisas, apenas alguns resultados preliminares estão reflectidos no Relatório. Comentários sobre o papel de discussão também estão incorporados no Relatório.

(2) Segundo trabalho de campo

O segundo trabalho de campo seguiu-se imediatamente após a submissão do Relatório de Progresso no final de Novembro 2000. De modo a submeter formalmente o Relatório de Progresso e explicar o seu conteúdo, a segunda reunião do Comité Dirigente do GPZ foi executada em Maputo no dia 27 de Novembro. Alguns comentários foram recebidos durante o encontro relacionados com os objectivos, faseamento e sistemas de desenvolvimento, ideias específicas do projecto, papel desempenhado pelo GPZ e outros. O Comité Dirigente concordou que o encontro devia ser formalmente reportado ao Comité Ministerial e que o Conselho Técnico revisse e fizesse recomendações sobre o Relatório de Progresso.

O segundo Seminário Regional foi organizado na cidade de Tete no dia 6 de Dezembro, e aproximadamente 40 pessoas participaram sob a liderança do Governador Provincial de Tete. Os participantes endossaram algumas propostas contidas no Relatório de Progresso, e ainda fizeram propostas adicionais. Os participantes foram fortemente encorajados a submeterem mais comentários por escrito sobre o Relatório através do gabinete provincial do GPZ.

Trabalhos sectoriais continuaram durante o período do segundo trabalho de campo, incluindo collecta adicional de dados, análises suplementares de condições existentes, revisão de relatórios de estudo executados e projectos em continuidade, ainda a formulação de estratégia e projectos por sector. Peritos sectoriais da Equipa de Estudo da JICA com a cooperação do GPZ continuaram a comunicarem-se com administrações distritais, gabinetes do governo e outros ambos formais ou informais. Particularmente para o sector agrícola, reuniu-se numa sessão no gabinete provincial de agricultura para uma troca de ideias sobre os constrangimentos do desenvolvimento e prospectivas.

As pesquisas de empresas e socio-económicas, iniciadas durante o período do primeiro trabalho de campo, continuaram e foram substancialmente concluídas. Uma pesquisa de comércio e comercialização foi iniciada novamente no final de Janeiro.

Baseado nos trabalhos sectoriais, foram elaboradas por sector, as pesquisas, e comentários sobre o Relatório de Progresso e os objectivos e estratégias de desenvolvimento. Estratégia básica para o desenvolvimento regional de Angónia foi ainda mais profundamente examinada através da análise de alternativas de desenvolvimento. O sistema socio-económico contido no Relatório de Progresso foi mais detalhado.

O Relatório Interino foi elaborado baseado nos resultados de todos os trabalhos designados acima. Devido ao tempo para a preparação do relatório final para as pesquisas, os seus resultados não são totalmente reflectidos no Relatório. O Relatório Interino contém o primeiro esboço do plano principal para o desenvolvimento regional de Angónia.

Sob submissão do Relatório Interino, a terceira volta do Seminário Regional e do Comité Dirigente foi reunida. O terceiro Seminário Regional ocorreu na cidade de Tete no dia 28

de Fevereiro, assistido por alguns 40 participantes apesar do facto da província estar numa situação de emergência devido às sérias cheias que causaram destruição na região nessa altura. Os participantes comentaram sobre projectos específicos tais como o Desenvolvimento do Núcleo Urbano de Tete-Moatize e o Estabelecimento do Centro de Negócios, e da Linha Férrea de Sena, o proposto sistema socio-económico, alternativas de desenvolvimento, e outros assuntos. Estes também propuseram projectos adicionais relacionados ao desenvolvimento urbano no planalto de Angónia, mecanização agrícola, abastecimento de água, educação, e outros aspectos.

O terceiro encontro do Comité Dirigente foi realizado em Maputo no dia 7 de Março, com a presença de pessoas da chefia da JICA que vieram de Tokio para esta ocasião. Sob a presidência do presidente do GPZ, o Relatório Interino foi discutido em detalhe capítulo por capítulo. Adicionalmente a comentários sobre objectivos de desenvolvimento, estratégia, alternativas, e alguns projectos específicos, o Conselho Técnico solicitou que os arranjos de implementação e financiamento fossem melhor esclarecidos.

(3) Terceiro trabalho de campo

Após a submissão do Relatório Interino, a Equipa de Estudo deixou Moçambique para o intervalo do final do ano fiscal. O contrato para o Estudo foi renovado no novo ano fiscal do Japão, e o terceiro trabalho de campo foi iniciado a 16 de Maio de 2001. A Equipa de Estudo da JICA teve uma série de reuniões com o GPZ em Maputo para discutir sobre o âmbito, calendário, resultados previstos e outros assuntos relacionados.

Durante o período do terceiro trabalho de campo, foram realizadas duas tarefas principais. Uma, referente à elaboração da versão preliminar do plano director de desenvolvimento integrado da sub-região do Planalto de Angónia, contido no Relatório Preliminar; e a segunda, sobre a execução dos estudos detalhados referentes aos projectos prioritários seleccionados. Para os estudos em detalhe, limitadas recolhas de dados campo foram efectuados para reflectir as condições prevalentes nos locais dos projectos e as percepções dos residentes locais e das demais pessoas envolvidas no desenvolvimento do projecto. Um exame ambiental inicial (IEE: Initial Environmental Examination) foi efectuado para os projectos seleccionados.

A natureza institucional proposta no plano director preliminar foi adicionalmente elaborado, e medidas de natureza financeira para apoiar a implementação do plano director foram recomendadas. Com base neste último e nos custos estimados do projecto, um programa indicativo de investimento foi preparado.

O Relatório Final preliminar foi compilado com base em todos os trabalhos realizados durante as três fases de levantamento de campo. Ele contém o plano director revisto, os relatórios de apoio referentes aos trabalhos sectoriais, e também um relatório de projecto contendo os resultados dos estudos detalhados e os perfis de todos os projectos e programas propostos.

Durante a quarta fase foram realizados dois seminários de apresentação da versão Preliminar do Relatório Final ao nível provincial e ao Conselho Director do GPZ, a fim de obter comentários sobre o mesmo. Além de apreenatr o contexto do Plano Director, a Equipa de Estudo apresentou um conjunto de projectos seleccionados e estudados com mais detalhe durante a terceira fase dos trabalhos de campo. O quarto Seminário realizado em Tete a 22 de Agosto, contou com a participação do Representante da JICA na África do Sul. Muitos dos comentários feitos durante o seminário conincidiram com as propostas do Plano Director ou requeriam mais explicações e clarificação. O GPZ referenciou algumas ações já em fase de implemntação, e os participantes reafirmaram a sua maior expectativa na implementação do Plano Director, e a necessidade da disseminação da informação sobre o mesmo, a fim de facilitar a implementação.

O quarto Seminário de apresentação da versão Preliminar do Plano Director ao Conselho Técnico de GPZ foiefectuado a 28 de Agosto e contou com a participação do Embaixador do Japão em Moçambique. Entre muitos comentários feitos pelos participantes incluem a necessidade da justificação do alto índice de crescimento, a clarificação sobre como é que o desenvolvimento planeado iria contribuir para o alívio da pobreza, a necessidade de fortalecimento das comunidades com um sistema de valores novos, a necessidade the enfatizar ainda mais a investigação agrária, marketing, tecnologia intermédia e novas culturas adaptadas a diferentes zonas climáticas, bem como o papael do GPZ.

A Equipa de Estudo preparou o Relatório Final no Japão, procedendo á revisão do Plano Director, incorporando as contribuições e comentários sugeridos pela parte moçambicana.

1.3. Guia do Relatório

O Relatório Final compreende oito volumes, como segue:

1. Sumário Executivo do Relatório
2. Relatório do Plano director
3. Relatório Sectorial 1: Sector Económico,
4. Relatório Sectorial 2: Sector Social,
5. Relatório Sectorial 3: Meio Ambiente
6. Relatório Sectorial 4: Infraestrutura
7. Relatório Sectorial 5: Administrações, Finance e Instituições, e
8. Relatório do Projecto

Este Relatório constitui o Relatório de Plano Director e a restante parte do Relatório do Plano Principal é organizada da seguinte forma. O Capítulo 2 aborda as características da Área do Estudo, resumindo-as através das análises sobre condições existentes contidas no Relatório de Progresso, e também em resumo descreve a estrutura administrativa existente em Moçambique como um antecedente para o desenvolvimento e planeamento regional integrado da sub-região do Planalto de Angónia.

No Capítulo 3, os objectivos do desenvolvimento regional são definidos, as alternativas de

desenvolvimento apresentadas e avaliadas para definir a melhor alternativa para a sub-região de Angónia, e estratégia básica é estabelecida para o desenvolvimento regional de Angónia. O Capítulo 4 apresenta sistemas de desenvolvimento. Os sistemas sócio-económica e espacial foram mais detalhados desde que foram apresentados no Relatório de Progresso. Um sistema institucional é recomendado para a implementação do programa de desenvolvimento sub-regional de Angónia.

No Capítulo 5, os objectivos e estratégias sectoriais são apresentados para amplas infraestruturas dos sectores económico, social, ambiental e espacial. O Capítulo 6 apresenta projectos e programas. A estrutura para o plano principal de desenvolvimento sub-regional de Angónia é esclarecido, e projectos e programas específicos são apresentados de uma forma estruturada. Alguns perfis de projectos e programas estão contidos nos anexos.

Finalmente, no Capítulo 7, são apresentadas recomendações sobre os arranjos para a implementação do desenvolvimento sub-regional de Angónia. A natureza institucional do GPZ é esclarecida, os arranjos institucionais específicos são sugeridos, e reformas organizacionais adicionais são recomendadas. As acções a serem efectuadas a seguir á conclusão do Plano Director são clarificadas.

Capítulo 2. A Região de Angónia

Condições actuais da Área do Estudo foram analisadas por sector. Resultados serão elaborados separadamente em relatórios sectoriais. Características que se salientam na Área do Estudo são descritas neste capítulo, extraídas destas análises. Características socio-económicas e também da estrutura spatial e dos recursos naturais são descritas nas Secções 2.1, 2.2 e 2.3, respectivamente. Também a estrutura administrativa é detalhada na Secção 2.4.

2.1. Sócio-economia

2.1.1. Demografia e condições sociais

(1) Demografia

A população total da Área do Estudo, 711,028 no census de 1997, corresponde a 4.7% do total da população nacional em Moçambique, enquanto que o território da Área do Estudo justifica 5% do território nacional. Considerando que a maior parte da Área do Estudo é habitável, livre de qualquer limitação de uso da terra (subsecção 2.3.1(2)), a Área do Estudo enfrenta escassez de população para desenvolver o seu vasto território. A densidade populacional é particularmente baixa nos distritos de Chifunde, Chiuta e Macanga, inferior a 10 por km² (Tabela 2.1)

Tabela 2.1. Área do Território, População e Densidade na Área do Estudo, Província de Tete e Moçambique

	Angónia	Chifunde	Chiuta	Macanga	Moatize	Tsangano	Tete Cidade	Área do Estudo	Província de Tete	Moçambique
Área do Território (km ²)	3,427	9,326	6,887	7,340	8,979	3,439	300	40,000	100,800	799,400
População	247,999	48,498	50,372	46,515	109,103	106,557	101,948	711,028	1,144,604	15,278,334
Densidade da População (/km)	72,4	5,2	7,3	6,3	12,3	31,0	339,9	17,8	11,4	19,1

Fonte: *Census de 1997*, Província de Tete e Moçambique, 1999.

A população estimada em 1996 e a população do census em 1997 são comparados por distrito na Área do Estudo na Tabela 2.2. É claro que os distritos na Área do Estudo receberam comparativamente uma quantidade maior populacional de refugiados repatriados vistos estes estarem mais próximo das fronteiras com o Malawi e a Zâmbia. Como pode ser verificado na tabela, os refugiados repatriados constituíram alguns 65% do total da população nos seis distritos em 1996. A grande redução de população entre 1996 e 1997 reflecte imensamente a migração externa de refugiados repatriados para outras regiões. Incorporando o aumento natural na população, a dos refugiados repatriados que ficaram nos seis distritos é calculada ser um pouco maior a 300,000 que corresponde a aproximadamente 50% do total da população no distrito.

A Tabela 2.3 mostra o número de famílias de pais solteiros na Área do Estudo, Província

de Tete e em Moçambique. A proporção de famílias de pais solteiros em 1997 era de 18.2% na Área do Estudo, e 19.2% na província de Tete, muito mais elevado do que a média nacional de 13.8%. Dentro da Área do Estudo, a proporção varia de 15.3% na cidade de Tete até 24.9% em Chiuta.

Tabela 2.2. População e População de Refugiados Repatriados na Área do Estudo

Distrito	Total população 1996	População de refugiados retornados (%)	Total população, 1997
Tete cidade			101,984
Angónia	315,000	248,869 (79)	247,999
Chifunde	56,000	37,273 (67)	48,498
Chiuta	63,900	15,873 (25)	50,372
Macanga	60,000	39,101 (65)	46,515
Moatize	197,572	93,174 (47)	109,103
Tsangano	118,000	96,057 (81)	106,557
Sub total para os seis distritos	810,472	530,347 (65)	609,044
Área do Estudo			711,028

Fontes: ACNUR/PDNU, *Perfis de Desenvolvimento Distrital*, Julho 1996; INE, *Census de 1997, Resultados Definitivos*, Junho 1999.

Tabela 2.3. Número de Famílias com um Único Pai na Área do Estudo, Província de Tete e Moçambique

Distrito	Número de famílias	Número de famílias com pais solteiros			Proporção (%)
		Masculino apenas	Feminino apenas	Total	
Tete Cidade	21,994	365	2,996	3,361	15.3
Angónia	61,348	663	10,393	11,056	18.0
Chifunde	12,100	164	2,200	2,364	19.5
Chiuta	12,510	153	2,956	3,109	24.9
Macanga	11,276	75	1,943	2,018	17.9
Moatize	25,007	411	4,333	4,744	19.0
Tsangano	25,173	216	3,973	4,189	16.6
Área do Estudo	169,408	2,047	8,794	30,841	18.2
Província de Tete	268,022	3,371	48,005	51,376	19.2
Área Urbana	36,222	589	4,870	5,459	15.1
Área Rural	231,800	2,782	43,105	45,887	19.8
Moçambique	3,634,581	48,294	452,968	501,262	13.8

Fontes: INE, *Census de 1997, Resultados Definitivos*, Junho 1999 (Província de Tete) e Agosto 1999 (Moçambique).

Tabela 2.4 compara a taxa de natalidade tosca e a proporção de urbanização nos seis distritos e a cidade de Tete. As taxas de natalidade tosca varia consideravelmente entre as unidades administrativas. Esta taxa tende a ser mais alta nas áreas pobres de baixa urbanização. É maior em Chifunde com acima de 70 por 1,000 população, e muito menos em Angónia e Moatize abaixo de 50 por 1,000 população, e a mais baixa na cidade de Tete com 40 por 1,000. Na Área do Estudo num todo, a taxa de natalidade tosca é de aproximadamente 50 por cada 1,000 pessoas, comparável com a taxa na província de Tete mas muito mais alta do que a média nacional de 44 por cada 1,000 pessoas.

Tabela 2.4. Comparação de Taxa de Natalidade Tosca e da Proporção de Urbanização na Área do Estudo

	População	Número de partos vivos	Taxa de natalidade tosca (%)	Proporção de Urbanização (%)
Angónia	247,999	12,288	49.5	9
Chifunde	48,498	3,435	70.8	7
Chiuta	50,372	2,910	57.8	26
Macanga	46,515	2,400	51.6	24
Moatize	109,103	4,560	41.8	24
Tsangano	106,557	6,117	57.4	10
Tete cidade	101,984	4,084	40.0	81
Área do Estudo	711,028	35,794	50.3	24

Fonte: ibid, Junho 1999.

(2) Alfabetização, pobreza e assuntos do género

Alfabetização

Taxas de alfabetização geralmente são mais baixas na Área do Estudo e na província de Tete do que as médias nacionais. A taxa de alfabetização na província de Tete eram 50% para homens e 19% para mulheres em 1997, respectivamente inferior do que as médias nacionais de 59% para homens e 23% para mulheres. Existem também disparidades urbanas-rurais com uma taxa de 64% alfabetização nas áreas urbanas e 27% nas áreas rurais da província de Tete (Tabela 2.5).

Tabela 2.5. Comparação das Taxas de Alfabetização, Província de Tete e Moçambique

	Província de Tete	Moçambique
Taxa alfabetização - Homens	50.0	59.3
Mulheres	19.0	23.6
Área Urbana	64.6	71.0
Área Rural	27.6	32.0

Fontes: MPF et al. (Moçambique); Secção 4.2 (Província de Tete).

Pobreza

Os meios reais de consumo per capita é estimado em US\$170 em Moçambique em 1996-97, ainda entre os mais baixos no mundo (MPF et al., Compreendendo a Pobreza e Bem Estar em Moçambique, A Primeira Avaliação Nacional (1996-98)). A incidência de pobreza era de 69.4% a nível nacional, e mais elevada na região centro. Usando os 60% de referência da linha de pobreza para definir a profundidade desta, 37.8% da população Moçambicana era estimada viverem na pobreza absoluta. A incidência de pobreza era 82.3% na província de Tete, entre as mais altas.

A Área do Estudo e a província de Tete têm uma maior incidência de pobreza do que a média nacional. Isto basicamente é um reflexo de níveis baixos de actividades económicas e incorporação em economias monetárias, e socio-economias tipo enclave sem muita

transacção mesmo com comunidades vizinhas. A maioria das comunidades rurais dependem de pequenos comerciantes vindos do exterior não apenas para a venda dos excedentes pequenos de seus productos mas também para a compra de comodidades básicas. Isto representa que ficam logo numa posição subordinada numa limitada condição de rendimento. Esta situação tem tendência a ser agravada pelas aumentadas forças de comercialização. Por exemplo, visto pequenos agricultores estarem envolvidos na produção de culturas de rendimento em contratos agrícolas, estes podem tomarem-se vulneráveis, contraindo dívidas, enquanto aumentando os seus rendimentos.

Género

Género no contexto Moçambicano não é simplesmente um assunto social, mas mais importante um assunto económico relacionado à pobreza comum também. Foi notado, por exemplo, a extremamente baixa taxa de alfabetização entre as mulheres rurais que carrega sérias implicações para a productividade agrícola em Moçambique (op. cit.). A taxa de conclusão de educação primária é apenas 14.1% para chefes de famílias pobres, mas para chefes de família que são mulheres nas áreas rurais, a taxa é de 5.7% mesmo para chefes femininas de família em agregados considerados não-pobres e 1.5% para agregados considerados pobres.

Foi verificado que concluir o ensino primário é associado com grandes ganhos na redução da pobreza, apesar que o impacto de redução de pobreza em taxas mais altas de alfabetização apenas são significantes (op. cit.). É concluído que medidas para a redução da pobreza, e neste contexto, a importância da educação da mulher não pode ser suficientemente realçado.

Estes pontos têm implicações mais sérias na Área do Estudo, pois normalmente são maiores as disparidades do género (Tabela 2.6), e a divisão de famílias chefiadas por mulheres é maior na Área do Estudo.

Tabela 2.6. Disparidades do Género na Educação

Índice			(Unit: %)
	Masculino	Feminino	Dados
Taxa alfabetização	50	19	1997
Proporção de pessoas sem educação formal	76	91	1997
Taxa bruta de matriculas	EP1	78	56
	EP2	20	12

Fontes: Tabela 2.5; *II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997 Indicadores Socio-Demográficos – Tete*; Direcção Provincial de Educação de Tete, 1999.

(3) Serviços sociais e instalações

Educação e formação

Os níveis dos serviços de educação são muito baixos, na Área do Estudo, na província de Tete, bem como no resto de Moçambique. Um facto muito sombrio é que 84% de pessoas

com idades superior aos 15 anos não têm uma educação formal.

A província de Tete fica atrás da média nacional por muitos índices, relativamente à educação. Estes incluem taxas de inscrição mais baixas, tanto nas escolas primárias, como nas secundárias, taxas de alfabetização mais baixas, menores percentagens de professores de ensino primário formados, e taxas de transição EP1-EP2 instáveis, cujas índices caíram cerca de 10% em 1999, entre outras. Ao mesmo tempo, a província de Tete mostra um desempenho melhor por parte dos estudantes: um índice mais alto de aprovados e taxas mais baixas de repetição do ano lectivo nas escolas primárias, e relativamente alto na taxa de graduação do EP1. As taxas de desistência, no entanto, são comparativamente altas, na província de Tete em ambos os níveis de escolas primárias e secundárias. Este índice de desempenho indica que os alunos na província de Tete tendem a serem excluídos de um ensino formal, presumivelmente devido a motivos económicos e a constrangimentos sociais, particularmente as raparigas. Porém, uma vez que inseridas, o seu desempenho é relativamente bom.

Alguns dos problemas enfrentados pelo sector de educação em Moçambique, aparentam ser mais sérios na província de Tete, e na Área do Estudo em particular. As disparidades do género são mais significativas como já foi mencionado. As matrículas nas escolas primárias consistiram de 70% de rapazes e 30% de raparigas, na EP1; e de 74% de rapazes e 26% de raparigas na EP2 em 1999. Esta discrepância também é grande nas escolas secundárias, com 74% de rapazes e 26% de raparigas em 1999, respectivamente.

A falta de professores, especialmente professores formados, é mais séria na província de Tete e na Área do Estudo. As proporções de alunos-para-professores aumentaram nos anos recentes. Entre 1997 e 1991, as matrículas nas escolas primárias aumentaram em 18% na EP1 e 14% na EP2 respectivamente. Porém, o número de professores aparentemente não aumentou pelo mesmo nível, durante o mesmo período. Na província de Tete, a provisão de instalações escolares não satisfaz as necessidades da Área do Estudo. Enquanto que mesma representa 62% da população provincial (census de 1997), o número de escolas é menor que 60% do total na província de Tete, para EP1, EP2, ESG1 e ESG2. As matrículas para ensino primário na Área do Estudo conta com 61% na EP1 e 66% na EP2 do total das respectivas matrículas na província de Tete. As proporções de alunos-para-professores são 69 na EP1, menos do que a proporção na província de Tete, e 43 na EP2, maior do que a proporção na província de Tete.

Saúde

A taxa de mortalidade infantil (abaixo de 5 anos) em Moçambique não baixou significativamente, especialmente entre crianças cujas mães são analfabetas e vivem em áreas rurais. Duas em cada dez crianças morrem antes de atingirem a idade de 5 anos. A mortalidade infantil mais alta é encontrada em Nampula (216 em cada 1,000) e a mais baixa na cidade de Maputo (49 em cada 1,000), e Tete está classificada como a terceira província mais alta (Tabela 2.7).

Em relação ao nível total de fertilidade, as províncias de Manica e Tete mostram os índices mais altos (7.6 e 7.0, respectivamente), enquanto na cidade de Maputo a taxa total de fertilidade é de 4.0. Os níveis de fertilidade e mortalidade materna também variam pelo nível educacional das mulheres. A mortalidade materna é muito pior do que a média dos países da África Austral, principalmente devido à baixa taxa de alfabetização de mulheres, falta de assistência no parto, pós-parto e cuidados pré-natais.

Tabela 2.7. Indicadores de Saúde Básica por Província

Província	Taxa de mortalidade infantil	Taxa total de fertilidade	Taxa de natalidade com peso baixo (%)
Cabo Delgado	123	4.9	13.9
Gaza	135	5.9	10.2
Inhambane	151	5.5	6.5
Manica	91	7.6	10.2
Maputo	92	5.0	9.8
Maputo Cidade	49	4.0	11.6
Nampula	216	5.6	13.7
Niassa	134	5.9	12.8
Sofala	173	6.1	13.3
Tete	160	7.0	13.3
Zambézia	129	5.4	15.0
Moçambique	147	5.8	12.1

Fonte: NIE, *Livro Anual de Estatística 1997*.

As causas principais de morte na província de Tete são 1) malária, 2) pneumonia/tuberculose, 3) HIV/SIDA, 4) anemia, e 5) má nutrição. Estas doenças predominantes são típicas das doenças relacionadas com a pobreza e associadas com a falta de higiene e nutrição, abastecimento de água limitado e baixos níveis de educação e sócio-económico. Devido às fracas condições ambientais e de higiene, a província de Tete em particular e Moçambique em geral, ainda são vulneráveis a epidemias como cólera, disenteria, pragas de malária e meningite, que causam centenas de mortes por todo o país, quase anualmente.

O número de casos de HIV/SIDA, cujo primeiro caso foi reportado em 1986, está a aumentar assustadoramente, com altas taxas por todo o país. Um total de 10,689 casos foram reportados até o final de 1997, mas estimativas mais realísticas indicam que podem ter havido mais de 170,000 casos. As províncias da zona centro, incluindo Tete são as mais afectadas, com taxas prevalecentes estimadas em 20% da população, do que nas outras províncias, parcialmente devido ao movimento das populações que foram refugiadas e posteriormente repatriadas de países com uma prevalência mais alta de HIV (Zimbabwe, Malawi e Zâmbia). Na Área do Estudo, o nível de infecção de HIV é especialmente alto nos distritos de Angónia, Tsangando e Chifunde que fazem fronteira com Malawi e Zâmbia, respectivamente.

A falta de trabalhadores de saúde na Área do Estudo é crítica. A província de Tete tem 25 médicos, de acordo com os dados do MISAU, mas apenas 22 destes praticam medicina. A

maioria deles trabalham na capital da província enquanto que, os distritos de Chifunde, Chiúta, Macanga e Tsangano não possuem nenhum médico.

2.1.2. Economia

(1) Estrutura económica

Os dados actualizados sobre o produto interno bruto regional (GRDP) para qualquer região, província ou unidades administrativas mais pequenas não são facilmente disponíveis em Moçambique. A estrutura económica de qualquer província ou parte desta, portanto, pode apenas ser deduzida dos dados de emprego e do produto interno bruto (GDP). Os dados de emprego para a província de Tete mostram a sua estrutura consistindo de 90% na agricultura, 3% na indústria e 7% em serviços. Na Área do Estudo, a porção de emprego agrícola deve ser um pouco mais baixo, e as porções de emprego industrial e de serviços mais altas do que as da província de Tete, principalmente pela inclusão da cidade de Tete na Área do Estudo. Assumindo que os parâmetros relacionados com emprego sejam mais ou menos os mesmos que na Área do Estudo e na província de Tete, a porção de emprego industrial não pode exceder os 5%. Baseado nesta proporção, a estrutura de emprego da Área do Estudo é induzida, e comparada com a porção na província de Tete e de Moçambique como se verifica na Tabela 2.8.

Table 2.8. Comparação da Estrutura Laboral, 1997

(Unit: %)

Sector	Área do Estudo	Província de Tete	Moçambique
Agricultura	86	90	78
Indústria	4	3	7
Serviços	10	7	16

Fonte: Equipa de Estudo JICA.

A estrutura de emprego pode ser convertida numa estrutura económica aplicando diferente produtividade laboral por sector. A produtividade laboral ou GDP por empregado por sector pode ser derivado das estatísticas nacionais no GDP e emprego. É expresso como um valor relativo, levando a fraca produtividade laboral na agricultura com 100 como estipulado na Tabela 2.9.

Tabela 2.9. Estruturas Económicas e Laborais e a Productividade Laboral em Moçambique, 1997

Sector	Estrutura Económica (%)	Estrutura Laboral (%)	Productividade laboral relativa
Agricultura	35	78	100
Indústria	13	7	414
Serviços	58	16	808

Fonte: Equipa de Estudo JICA.

Como descrito acima, existem diversas variantes entre a produtividade laboral nos diferentes sectores. Aproximadamente, a produtividade laboral na indústria e serviços é de quatro a oito vezes mais alta do que na agricultura a nível nacional. A variante pode ser mais pequena na província de Tete e na Área do Estudo, e é previsto que a produtividade laboral na indústria e serviços é apenas de dois a quatro vezes mais alta na Área do Estudo do que na agricultura. Isto é plausível visto que a produtividade na agricultura na Área do Estudo pode ser comparável à média nacional, enquanto que a produtividade na indústria e serviços deve ser muito mais baixa, devido á predominância de pequenos estabelecimentos. Om base nestas suposições, a estrutura económica da Área do Estudo é aproximadamente estimada como detalhado na Tabela 2.10:

Tabela 2.10. Estimativa da Estrutura Económica na Área do Estudo

Sector	Estrutura Laboral (%)	Productividade laboral relativa	Estrutura Económica (%)
Agricultura	86	100	64
Indústria	4	200	6
Serviços	10	400	30

Fonte: Equipa de Estudo JICA.

Conforme indicado anteriormente, o sector agrícola reúne quase dois-terços do GRDP na Área do Estudo, seguido pelo sector de serviços com 30%. A quota da indústria é de apenas 6% do GRDP na Área do Estudo. A quota do sector de serviços é relativamente maior, apesar de ser mais pequena do que a quota a nível nacional, reflectindo funções de longo prazo da cidade de Tete, como um centro de comercialização no cruzamento e possivelmente também comercialização pelas fronteiras. O sector de serviços na Área do Estudo é caracterizado também por actividades mais activas do sector informal.

(2) Agricultura

Produção agrícola

O milho é de longe a cultura mais dominante da Área do Estudo. É cultivado em 151,000 ha (média trienal em 1997-99 e depois), compreendendo 67% do total de área cultivada sob todas as culturas principais alistadas acima. A colheita média é um pouco mais de 1.0 tonelada/ha, mais alta que a média nacional. De acordo com um estudo do UNDP para o ZMM-GT, o milho de Moçambique é vendido na província Leste da Zâmbia, com um preço no destino de aproximadamente 40% mais baixo do que os preços dos produtores locais. Isto deve-se às baixas taxas de aplicação de fertilizantes químicos onerosos. Outros cereais principais são a mapira, cultivada em 11,000 ha. A província de Tete é, de facto, a maior produtora de mapira nas grandes colheitas em Moçambique. O trigo é cultivado em Tsangano, ocupando alguns 300 ha, destinado exclusivamente á exportação para o Malawi.

As leguminosas produzidas na Área do Estudo são representadas por feijão, que é

cultivado em 30,000 ha; e ervilha, ocupando 5,000 ha. As áreas cultivadas, produção e colheitas para estas culturas variam largamente durante os diferentes anos, considerando que estes são produzidas como culturas alternativas ao milho durante a época de chuvas. O amendoim é uma cultura de rendimento importante na Área do Estudo, sendo cultivado numa área de 12,000 ha. Esta colheita é relativamente baixa, com cerca de 0.3 toneladas/ha.

Na Área do Estudo Tanto a batata reno, como a batata doce ocupam áreas combinadas de cultivo de alguns 2,000 ha, com uma média de colheita é de 4.4 toneladas/ha. O cultivo de mandioca é muito limitado na Área do Estudo, em contraste com a importância desta cultura na dieta alimentar das populações Moçambicanas conforme mencionado acima. Presumivelmente, as pessoas populações da área do Estudo consomem mais milho na sua dieta alimentar.

O tabaco constitui uma das culturas de rendimento mais importante na Área do Estudo. Este é cultivado principalmente sob o esquema de contrato agrícola, feito pela empresa Mozambique Leaf Tobacco Company (MLTC). A sua área de cultivo expandiu rapidamente até alcançar 2,500 ha, para produzir 1,910 toneladas em 1998. O algodão é uma outra cultura de rendimento, porém a sua produção tem sido efectuada por pequenos agricultores, com tendência ao desencorajamento, devido ao fraco desempenho de comercialização. Em 1999, alguns 600 ha foram cultivados.

A fruta produzida na Área do Estudo incluem manga, pêsego, maçã, ata, uva, pêra, papaia, citrinos, maracujá, goiaba, abacate e banana. Na sua maioria, a fruta não tem sido comercializada. A manga costumava ser extensamente comercializada, mas a actual produção é baixa em virtude de as respectivas plantações não terem sido objecto de reposição. A uva produzida em Tsangano é processada em vinho e engarrafada na cidade de Tete. As tangerinas de Moatize são comercializadas na cidade de Tete, assim como nos mercados locais, e ainda por comerciantes provenientes de alguns outros distritos.

Os efectivos de gado tem registado alguma recuperação relativamente rápida das perdas ocorridas durante a guerra. O efectivo de bovinos aumentou de 32,000 em 1995 para 49,000 em 1999, o que representa uma taxa anual de 9%. Os distritos de Angónia e Tsangano são os produtores principais de gado, seguidos por Moatize e a cidade de Tete. O efectivo de caprinos e ovinos registou também rápido aumento estando numa média de 50,000-80,000 entre 1996-1999. Moatize domina a população de caprinos e bovinos. Os suínos registam maior flutuação e maior predomínio pertence ao distrito de Macanga. Os dados de abate bovinos, caprinos e suínos indicam que o gado proveniente da Área do Estudo é geralmente mais magro.

Negócio agrícola, mercado e comercialização

Já houve o Complexo Agro-Industrial de Angónia (CAIA) instalado no distrito de Angónia e Tsangano, tendo sido responsável por uma variada gama de actividades agrárias. A empresa construiu uma represa e um sistema de irrigação nos dois distritos, para produzir

várias culturas para processamento e para comercialização directa. As suas instalações foram descapitalizadas devido à destruição e negligência durante a guerra, não tendo sido ainda restauradas.

O único negócio agrícola significativo existente na Área do Estudo é exercido pela a Mozambique Tobacco Leaf Company (MTLC), instalada em Furancungo, distrito de Macanga. A área cultivada tem se expandido rapidamente sob o esquema de contrato agrícola com pequenos agricultores de Macanga e Angónia. A empresa fornece o equipamento e serviços de extensão aos agricultores contratados, sempre que eles assinem o contrato anual, e garante a compra integral do produto. O pagamento é efectuado aos agricultores deduzindo os custos do equipamento e serviços prestados.

O algodão era produzido em grande escala e posteriormente comercializado, para efeitos de processamento fora da Área do Estudo. Porém esta ainda não recuperou os anteriores índices de produção, devido às condições desfavoráveis de comercialização. Actualmente o algodão é produzido principalmente em Macanga e Chiúta, mas em pequena escala, e a produção foi iniciada em Moatize, durante o ano de 1999. O algodão da província de Tete é processado na vizinha província da Zambézia. Recentemente, novas indústrias foram estabelecidas na cidade de Tete, para processar matérias primas da província da Zambézia: a copra processada em sabão e o processamento da castanha de cajú. O milho é maioritariamente exportado para Malawi e Zâmbia. Especialmente neste último país vizinho, o milho exportado tem a vantagem do preço, devido aos baixos preços de produção, com fraca aplicação de fertilizantes químicos caros. O trigo produzido em Tsangano é exclusivamente exportado para o Malawi, enquanto que as padarias na Área do Estudo buscam farinha de trigo de outras regiões, principalmente da Beira. Os excedentes de trigo armazenados por agricultores individuais é normalmente comprado por pequenos comerciantes do exterior.

A maioria da fruta é para consumo próprio ou vendida nos mercados locais, ou então abandonada/desperdiçada. As excepções vão para tangerinas de Moatize que são comercializadas na cidade de Tete e também para comerciantes provenientes de outros distritos, e as uvas em Tsangano, que produzem vinho para consumo local.

As batatas são largamente produzidas e comercializadas na Área do Estudo. As batatas de boa qualidade produzidas na Angónia, Tsangano e Macanga em particular, são comercializadas na cidade de Tete e também outras cidades mesmo fora da Área do Estudo. Algumas hortícolas de alto valor produzidas na Angónia e em Tsangano são parcialmente exportadas para o Malawi e também vendidas na cidade de Tete.

A Área do Estudo não produz praticamente qualquer produto lácteo. Na realidade, Moçambique importa carne e produtos lácteos dos países vizinhos e Tete importa principalmente do Zimbabwe. O valor de importação de gado e os seus derivados alcançaram uma média de US\$ 13 milhões entre 1995-1999.

Uma grande variedade de produtos agrícolas são trocados ao longo das fronteiras com

Malawi e Zâmbia. Nos mercados municipais de Zóbuè, não só se comercializa apenas várias hortícolas e frutas das redondezas imediatas mas também fruta da África do Sul, peixe sêco de Niassa e alguns produtos agro-processados, tais como sabão da Zâmbia e açúcar do Malawi.

Serviços de apoio agrícola

1) Irrigação

A agricultura irrigada é quase inexistente na Área do Estudo. Já houve em tempos um sistema de irrigação desenvolvido pelo CAIA, que se tornou inoperacional como já foi mencionado. Actualmente, a maioria dos agricultores não têm uma grande motivação para aumentar a sua produção, para além das suas necessidades, porque as oportunidades de comercialização são seramente limitadas. A quantidade de chuvas é suficiente para que os agricultores tradicionais aumentem as suas culturas sob condições de sequeiro, utilizando humidade residual do solo para a sua auto-suficiência. A Irrigação na Área do Estudo é limitada a esquemas muito pequenos ao longo dos rios e riachos, de modo a utilizar fluxos de gravidade ou canais de contorno ou ainda para rega manual usando latas e baldes.

2) Pesquisa aplicada

A pesquisa agrária limitada e actividades experimentais são realizadas na Área do Estudo. O distrito de Angónia é muito activo com demonstrações regionais e funções relacionadas no-campo dentro do INIA. Há uma estação de experimentação efectuando pesquisas sobre as variedades do milho com conteúdos altos de proteína, e também na multiplicação da batata reno, batata doce, mandioca e variedades de feijão. A Estação Zootécnica está realizando pesquisas e demonstrações das várias raças e selecção de gado para manter os materiais genéticos da raça bovina "Angoni".

O distrito de Tsangano está conduzindo demonstrações das 16 variedades de trigo, e multiplicação de trigo e variedades de batata reno apropriada às condições da região. O distrito também possui uma estação de experimentação. Não há nenhuma estação de pesquisa ou experimentação nos distritos de Macanga, Chiúta e Chifunde.

O distrito de Moatize tem um centro de pesquisa realizando demonstrações no-campo e outras tarefas de pesquisa agrária. O distrito também está a conduzir multiplicação de sementes e outras actividades de pesquisa em cooperação com a Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Na cidade de Tete, demonstrações no-campo com variedades de mapira e soja são actividades contínuas.

3) Serviços de extensão rural

A disponibilidade de serviços de extensão rural na Área do Estudo varia bastante entre os distritos e a cidade. Prácticamente, não há serviços de extensão rural disponíveis nos distritos de Chiúta e Chifunde, devido à falta de trabalhadores qualificados. O distrito de Macanga tem dois trabalhadores de extensão, mas as suas actividades são estrangidas pela falta de veículos/motociclos. Os distritos de Tsangano e Moatize, bem como a cidade

de Tete, estão em situação melhor, com seis trabalhadores de extensão, respectivamente.

O distrito de Angónia está mais adiantado em termos de serviços de extensão rural, através de experiências com o projecto apoiado pela DANIDA. Têm sete trabalhadores de extensão rural, três técnicos agrícolas e um supervisor. As suas actividades cobrem reflorestamento comunitário, multiplicação de tubérculos e raízes, fertilidade de solos e extensão pecuária.

4) Crédito agrícola

O crédito agrícola quase não existe na Área do Estudo. Uma excepção é a Mozambique Tobacco Leaf Company (MTLC) que oferece serviços de crédito em forma de equipamento para o agricultor, de modo a promover a produção de tabaco. O pagamento é efectuado durante o período de comercialização. Um esquema semelhante é dado por duas outras empresas de tabaco, em Chifunde. Uma ONG Norueguesa tentou um programa de crédito para pequenas espécies, tendo como alvo as mulheres em Chiúta, e também forneceu crédito para a compra de bombas de água na cidade de Tete.

5) Instalações pós colheita

A Área do Estudo produz muitos excedentes de milho. Os excedentes são normalmente vendidos a comerciantes do exterior, mas eles não possuem capacidade financeira suficiente para comprar todo o excedente. Além deste facto, os governos locais encorajam os agricultores a armazenarem os excedentes de milho para os anos menos férteis.

O milho é normalmente armazenado em grandes cestos de bambú ou outro tipo de celeiros feitos agricultores individuais. O Instituto de Cereais de Moçambique não tem a capacidade para comprar o excedente do milho, de modo a estabilizar o abastecimento e o preço.

De acordo com um relatório recente, a Área do Estudo possui em operação cerca 275 moageiras (UNIDO, 2000). Estas estão mais concentradas na Angónia e em Moatize (71 moagem em cada local) bem como na cidade de Tete (66). Estes números são muito mais baixos do que eram anteriormente, comparativamente á rápida recuperação da produção de cereais registada após a guerra.

O tratamento de tabaco é efectuado pela MLTC nas zonas de produção, antes de ser exportado para um processamento mais adequado. O processamento de outras culturas no-campo, praticamente não existe, apesar de terem surgido oportunidades para o trigo, hortícolas, e frutas tais como pêsegos, maçãs e peras especialmente nos distritos de alto potencialidade como Angónia, Tsangano e Moatize (UNDP, 2000).

(3) Indústria

Em geral

A quota do sector industrial no GRDP da Área do Estudo, conforme indicado acima, é de 6%, um pouco mais alta do que a quota correspondente na província de Tete, mas muito menor que a quota nacional de 13%. O sub-sector de minas é pequeno, dominado por uma

operação mínima da mina de carvão de Moatize, e empregou apenas 202 trabalhadores, em 1997, a dos quais maioria no Governo e numa empresa pública. Outras actividades são pedreiras e outras actividades do sector informal. Os recursos minerais variados e abundantes não estão, na sua maioria, desenvolvidos (sub-sector 2.3.3. (1)). O sector industrial, incluindo minas, fabricação, energia e construção civil, emprega 4,171 trabalhadores nas áreas urbanas, o que apenas representa 12.6%. O sector emprega uma quantia maior de pessoas nas áreas rurais, com um total de 7,742 pessoas, no entanto isto apenas justifica 2.2% do total do emprego rural.

Estabelecimentos existentes

A Tabela 2.11 detalha as empresas comerciais, indústrias e unidades de serviços principais nos seis distritos da Área do Estudo, preparado pela Direcção Provincial de Indústria, Comércio e Turismo. Actividades principais económicas são retalho e moagem de cereais. A província de Tete tinha 347 lojas, incluindo as que se situava na cidade de Tete, das quais 111 foram encerradas em 1999. A maioria das lojas estão localizadas nas capitais dos distritos e na cidade de Tete, enquanto que pequenas bancas que vendem produtos primários encontram-se espalhadas por toda a área de estudo, e um pouco por todo o país. Em complemento a estas lojas formais, muitos mercados informais ao ar livre são encontrados tanto na cidade como campo. A maior parte das comodidades, excepto perecíveis, são importados dos países vizinhos Malawi, Zimbabwe e África do Sul. Alguns produtos fabricados são importados da China, e equipamentos e lâminas de barber, da Índia. A roupa usada de proveniência diversa é frequentemente vendida nos mercados. Estas situações reflectem o sub-desenvolvimento de pequenas indústrias em Moçambique.

Tabela 2.11. Número de Unidades Principais de Comerciais, Industriais e de Serviços por Distrito

Distrito	Instalações Comerciais		Instalações Industriais		Instalações de Serviços	
	Operação	Não-operação	Operação	Não-operação	Operação	Não-operação
Moatize	17 lojas	22 lojas	75 moagens 11 carpintaria 2 serrações 1 padaria		4 garagens 3 postos de gasolina	
Angónia	11 lojas	21 lojas	71 moagem carpintaria		Banco Hotel	
Tsangano	3 lojas 48 bancas	2 lojas	29 moagens			1 garagem
Macanga	4 lojas	1 lojas	13 moagens carpintaria			
Chifunde	3 lojas 52 bancas		12 moagens			
Chiuta	2 lojas 40 bancas	4 lojas	16 moagens			

Fonte: UNDP, ZMM-GT Perfil Rural de Moçambique.

As indústrias principais de pequena escala são moageiras e carpintarias. Moageiras de

cereais constituem a maior indústria, visto que os agricultores locais preferem tradicionalmente os seus cereais pilados para auto-consumo ou consumo local. Outras indústrias incluem carpintarias para produzir mobiliário de madeira, trabalhos em metal apenas por ferreiro que produz baldes e outros produtos metálicos, e ainda algumas garagens que prestam os seus serviços a um número limitado de veículos.

Leis, regulamentos e sistema de impostos relacionados ao desenvolvimento industrial

As leis e regulamentos relevantes para iniciar um novo negócio e expansão das empresas já existentes no sector industrial são relacionadas ao registo da empresa, regulamento de uso e aproveitamento de terras, certificado de impacto ambiental e regulamentos laborais. Apesar dos esforços do Governo para reduzir os requerimentos oficiais desde 1995, muitos regulamentos continuam complicados e incompreensíveis. As preocupações principais identificadas na Área do Estudo são: 1) procedimentos burocráticos incorrectos, 2) aplicação de legislação desactualizada, 3) falata de coordenação entre as agências do governo, 4) falta de informação adequada, 5) múltipla interpretação da legislação e 6) falta de equilíbrio da justiça/mecanismo de reclamações.

As taxas relevantes às empresas privadas são: 1) contribuição industrial/imposto empresarial, 2) impostos sobre lucro de actividades, 3) impostos sobre vendas a grosso, 4) impostos complementares, e 5) IVA (value added tax). Regulamentos de importação/exportação representam um outro obstáculo às operações empresariais devido à falta de transparência nos procedimentos e atrasos frequentes, bem como sistemas legais complicados e regulamentos extensivos. Foi notado que as delegações provinciais alfandegárias não estão adequadamente conscientes dos incentivos da redução dos impostos de importação de acordo com especificado no Regime de Incentivos Fiscais no âmbito do Gabinete do Plano do Zambeze (GPZ).

Pesquisa empresarial

Uma pesquisa empresarial foi efectuada, em Outubro 2000, como parte do Estudo para esclarecer as situações actuais e os problemas enfrentados pelas empresas existentes na Área do Estudo. As empresas entrevistadas são classificadas em duas categorias: micro e pequenas empresas nos seis distritos da Área do Estudo e pequenas e médias empresas na cidade de Tete. Ao todo foram colectadas 70 amostras. As informações seguintes resumem as constatações da pesquisa empresarial com foco nos problemas e constrangimentos:

- a falta de trabalhadores qualificados é citada como um problema por 53% das empresas
- trabalhadores de níveis alto e médio justificam apenas 1% de toda a mão-de-obra com o restante tendo apenas ensino básico ou habilidades não-especializadas.
- a maior parte da matéria-prima (71%) é procurada localmente, indicando um nível baixo de desenvolvimento, dependente do comércio interno.
- a maior parte dos produtos (98%) são vendidos nos mercados locais e quase nenhuma exportação.

- os investimentos, na sua maioria (74%), são feitos utilizando os fundos da empresa, reflectindo um acesso limitado a crédito
- os empréstimos, mesmo que estejam à desponibilidade, colocam os devedores em condições quase punitivas, em termos de taxas de juros, e o curto período para pagamento do empréstimo
- dois problemas muito sérios que foram mencionados pelas empresas é a falta de infraestruturas apropriadas e mecanismos de financiamento e a desponibilidade limitada do mercado
- muitas empresas reclamam sobre os regulamentos empresariais complicados e os custos resultantes bem como a perda de tempo
- muitas empresas esperam expandir o seu mercado mas aparentam não ter conhecimento sobre a recolha de informação comercial e a promoção de vendas
- as reclamações sobre os custos da matéria prima e mão de obra aparentam resultar de uma pobre gestão empresarial. Concorrência severa com um aumento nas importações de comodidades a baixo preço, torna ainda mais difícil para que as empresas locais possam competir
- a falta de meios e oportunidades para formar trabalhadores conforme já citado é um constrangimento no melhoramento da produtividade e na gestão. As escolas de formação vocacional existentes não estão a operar adequadamente, de acordo com estas empresas.

(4) Comércio e serviços

Distribuição de retalhistas e armazenistas

O número de retalhistas e armazenistas na Área do Estudo, através do seu “status” de operação são resumidos na Tabela 2.12. Aqueles “reabilitados” indicam retalhistas e armazenistas que recentemente reabilitaram os seus prédios, com o apoio do governo ou com os seus próprios fundos. O programa do FARE financiou a reabilitação de 26 lojas na província de Tete, e um outro programa do governo, AMCDER, financiou uma loja em cada localidade, Moatize e Mutarara (fora da Área do Estudo).

As lojas na cidade de Tete justificam 65% de todas as lojas na Área do Estudo, enquanto que a quota de armazenistas na cidade de Tete é ainda mais alta, com 81%. Visto que a maioria das lojas nos outros distritos são mais pequenas em tamanho quando comparadas com as da cidade de Tete, o volume de vendas na cidade de Tete é ainda mais predominante. Angónia e Moatize seguem a cidade de Tete com as suas quotas em 13% e 10% de lojas e 6% e 13% de armazenistas respectivamente. Não há registo de armazenistas nos outros distritos.

A média da população servida por uma loja na Área do Estudo é de 767 na cidade de Tete, e varia de 5,000 a 9,000 em cinco distritos excepto em Tsangano onde é aproximadamente 18,000. Mesmo a média na cidade de Tete é dez vezes maior do que a média no Japão (78 pessoas por loja em 1991).

Tabela 2.12. Número de Comerciantes de Retalho e a Grosso na Área do Estudo em 2000

Cidade/Distrito	Retalhistas (%)			Comerciantes a Grosso (%)		
	Operacional	Reabilitado	Total	Operacional	Reabilitado	Total
Tete cidade	133 (76.9)	0 (0)	133 (64.6)	26 (81.3)	0	26 (81.3)
Moatize	15 (8.7)	5 (15.2)	20 (9.7)	4 (12.5)	0	4 (12.5)
Angónia	13 (7.5)	14 (42.4)	27 (13.1)	2 (6.3)	0	2 (6.3)
Chifunde	3 (1.7)	3 (9.1)	6 (2.9)	0 (0)	0	0 (0)
Tsangano	2 (1.2)	4 (12.1)	6 (2.9)	0 (0)	0	0 (0)
Chiuta	3 (1.7)	3 (9.1)	6 (2.9)	0 (0)	0	0 (0)
Macanga	4 (2.3)	4 (12.1)	8 (3.9)	0 (0)	0	0 (0)
Total	173 (100)	33 (100)	206 (100)	32 (100)	0	32 (100)

Fonte: Equipa de Estudo JICA.

Actividades de Comercialização

As fracas funções de retalho e armazéns na Área do Estudo resultam na circulação extremamente limitada de produtos agrícolas. A Tabela 2.13 mostra as proporções de alguns produtos agrícolas comercializados comparados com o total da produção na província de Tete.

Tabela 2.13. Nível de Comercialização de Culturas Seleccionadas na Província de Tete

Cultura	Quantia comercializada	Quantia produzida (t)	Proporção (%)
Milho	7,126	250,366 ¹⁾	3.5
Feijão	773	7,630 ²⁾	10.1
Amendoim	125	2,430	5.1

Notas: 1) Estimativa por multiplicação a quantidade de produção da Área do Estudo e 161% (ex., proporção da população da província de Tete à da Área do Estudo. 2) Feijão, apenas para qual os dados foram disponíveis na Área do Estudo. Os dados para a província de Tete derivam da mesma forma como em 1).

Enquanto os comerciantes retalhistas e armazenistas são obrigados a suportar vários encargos fiscais pela administração e, portanto, enfrentando uma severa concorrência sempre desleal dos operadores informais, deve ser também admitido que os vendedores informais preenchem um espaço entre as necessidades de básicas da população e a falta do fornecimento de comodidades, resultado pela imaturidade comercial oficial e da rede de distribuição. Um assunto importante seria criar um ambiente que promoveria uma concorrência mais justa entre os comerciantes oficiais e informais, como também assegurar o acesso mais facilitado às zonas rurais.

Pesquisa de comercialização e de mercado

Uma pesquisa de comercialização e de mercado foi efectuada em Fevereiro 2001, para compreender as condições existentes e de como elas são enfrentadas por agricultores e comerciantes. A pesquisa foi administrada a 131 agricultores, 127 lojas e 131 comerciantes armazenistas e operadores de transporte na cidade de Tete e nos seis distritos.

O resumo das constatações da pesquisa é o seguinte:

- (1) Os agricultores residindo em áreas próximas à cidade de Tete tendem a produzir uma larga variedade de culturas do que os agricultores nas áreas remotas. Por exemplo, os agricultores em Moatize produzem culturas tais como tomate e repolho, além do milho enquanto que os agricultores em Chiúta, tendem em se tornar mais dependentes do milho.
- (2) Muitos agricultores indicaram que as suas colheitas de milho de anos anteriores haviam apodrecido e que eles tiveram que depender da colheita do ano anterior para o consumo de suas famílias. Isto aponta para a necessidade de se estabelecer instalações apropriadas para a armazenagem e promover um desenvolvimento de mercado orientado para o exterior. Os agricultores não tentaram a diversificação de culturas devido à incerteza de comercialização.
- (3) Os agricultores estão bem conscientes da necessidade e efectividade da formação das associações agrícolas. A maioria dos agricultores entrevistados estaria disposta a unir-se a uma associação através de um certo nível de contribuição, quando uma for estabelecida. Apesar do nível de agricultores contribuintes estarem disposta a associar-se, isto varia entre um e outro agricultor. No entanto, o número de agricultores dispostos a associar-se e contribuintes é maior do que a previsão inicial. O fracasso do estabelecimento de uma associação agrícola por eles mesmos é atribuída à desconfiança entre os agricultores. Estes apontam que algum tipo de envolvimento é necessária, através de alguém agindo como parte alheia.
- (4) Como previsto, as expectativas de adquirir meios de transporte através das associações agrícolas são muito altas. A maior parte dos agricultores deseja ter meios de transporte para uma variedade de propósitos, tais como para o transporte dos produtos e equipamentos agrícolas, ida ao mercado para a compra de produtos e propósitos que também não estão relacionados com as fazendas. Os tipos de veículos que estes gostariam de ter são camiões, tractor com um atrelado e uma carroça de bois.
- (5) Alguns agricultores apontaram para a necessidade de melhores equipamentos e factores agrícolas, tais como enchadas, arados e rastlignações. Muitos destes são actualmente importados da Zâmbia e Malawi.
- (6) Na maioria dos casos, não há disponibilidade de sementes e fertilizantes nas suas comunidades. Alguns agricultores não utilizam fertilizantes. As sementes são obtidas por meios da colheita do ano anterior, de outros agricultores ou dos mercados na cidade.
- (7) Muitos proprietários de lojas mencionaram que haviam muitas comodidades cujos clientes mostravam interesse em comprar mas não que não existem no local, tais como materiais de construção, utensílios domésticos, produtos alimentares e outros de consumo quotidiano.